



NIETZSCHE E A DEMOCRACIA

NIETZSCHE AND THE DEMOCRACY

Emerson Ademir Borges de Oliveira

Pós-Doutorado em Democracia e Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Professor Assistente Doutor nos cursos de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade de Marília. Coordenador da Pós-Graduação Lato Sensu e Coordenador-Adjunto do Programa de Mestrado e Doutorado da Universidade de Marília. Advogado e parecerista. Mestre e Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de São Paulo.

Resumo

Por muito tempo, fruto da filosofia antiga e, de certa forma, também da renascentista, a democracia foi erigida a um modelo de "ídolo", um regime perfeito que deveria ser seguido pelos modelos reais. Basta lembrar como Rousseau a chamava de "governo dos deuses". O trabalho de Nietzsche, nessa seara, rompeu com a ideia dos ídolos, dentre eles a democracia, identificando como quimera a crença em tais tradições ou modelos perfeitos. Embora seu trabalho tenha sido de excelente grado nesse tocante, é certo que Nietzsche é um desconstrutivista. Por essa razão, cabe-nos analisar a questão da idolatria democrática e, com base na genealogia nietzschiana, tentar propor o debate acerca de um "modelo" realizável de democracia. Nas atuais circunstâncias institucionais, a identificação de um modelo de democracia que apresenta graves falhas e ranhuras é imprescindível para saber até que ponto se busca atingir um modelo democrático, ou se a busca, na verdade, representa uma ilusão vivenciada em pleno seio da democracia. O objetivo deste trabalho, para além da desconstrução de Nietzsche, foi instigar o debate acerca da configuração da democracia que desejamos vivenciar, considerados o lugar e o momento histórico. A pesquisa é eminentemente bibliográfica e o método indutivo.

Palavras-chave: Democracia. Ídolos. Modelos realistas.

Abstract

For a long time, as a result of ancient and, in a way, Renaissance philosophy, democracy was erected into a model of "idol", a perfect regime that should be followed by real models. Just remember how Rousseau called it the "government of the gods." Nietzsche's work, in this area, broke with the idea of idols, among them democracy,

identifying as chimera the belief in such traditions or perfect models. Although his work has been excellent in this respect, it is certain that Nietzsche is a deconstructivist. For this reason, we must analyze the question of democratic idolatry and, based on the nietzschean genealogy, and try to propose the debate about an achievable "model" of democracy. In the current institutional circumstances, the identification of a model of democracy with serious flaws and grooves is essential to know the extent to which a democratic model is sought, or whether the search, in fact, represents an illusion experienced in the midst of democracy. The aim of this work, besides the deconstruction of Nietzsche, was to instigate the debate about the configuration of democracy that we hope to experience, considered the place and the historical moment. The research is eminently bibliographic and the inductive method.

Key-words: Democracy. Idols. Realistic models.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A *democracia* foi construída enquanto expressão extremamente relativizada, admitindo-se regimes tão distintos no interior do seu conceito, a partir da combinação dos seus diversos elementos. A propósito, basta lembrar o conceito que lhe dera o Tribunal Constitucional Alemão, em decisão de 23 de outubro de 1952: “a ordem democrática corresponde àquela de um Estado de Direito, fundado sobre a autodeterminação do povo, de acordo com a vontade da maioria, sobre a liberdade e a igualdade, excluído todo o poder violento e arbitrário” (CAGGIANO, 2011. p.9).

A partir de então, visualizando os problemas que enfrentavam os regimes democráticos, ergueram-se teorias acerca das quais a democracia, em si, estaria calcada num plano ideal, servindo como espelho para as democracias práticas. Assim, em abstrato, a democracia, ainda que irrealizável, funcionaria como objetivo para os regimes democráticos.

Ocorre que, diante das dificuldades e das variáveis que apontamos, não é possível, sequer em abstrato ou teoricamente, desenhar os contornos de uma suposta *democracia ideal*, a servir de base para os regimes reais. Toda análise democrática é permeada pela subjetividade, pela historicidade e pelo contexto geopolítico. E, inexistindo no plano ideal, não pode servir de base a qualquer desenvolvimento democrático.

O objetivo deste trabalho é inverter esse pressuposto que elenca a democracia a um nível de idealização, a partir das ideias de Nietzsche, para romper com tal perspectiva e admitir que, a despeito dos modelos e conceitos sobre a democracia, esta somente se desenha na prática, a partir da análise de alguns elementos sobre os quais exista um certo consenso – de existência, mas não de nível qualitativo.

O ponto de partida desse estudo é a evolução filosófica, desde os gregos, que carrega a discussão democrática, atingindo seu espaço vital no desenvolvimento de Friedrich Nietzsche, a que tomamos de empréstimo a conceituação do ídolo e a implicação crítica sobre a democracia.

À base das suas “marteladas”, Nietzsche apresenta-se como um destruidor do pensamento do humanismo moderno que asseverava a necessidade de a história e a política se pautarem por ideais. O filósofo alemão pretendia justamente desconstruir todo o tipo de crença que se pautasse na existência de “ídolos:

A última coisa que eu prometeria seria “melhorar” a humanidade. Não serão por mim erigidos novos ídolos; os antigos podem elucidar-nos sobre o que assenta em pés de barro! Derrubar ídolos (a minha palavra para “ideais”) – eis o que já constitui o meu ofício. Subtraíu-se à realidade o seu valor, o seu sentido, a sua veracidade, na medida em que se inventou um mundo ideal... O “mundo verdadeiro” e o “mundo aparente” – em vernáculo: o mundo fictício e a realidade... A mentira do ideal foi, até agora, o anátema sobre a realidade, a própria humanidade foi por ela falsificada e viciada até aos seus mais profundos instintos – até à adoração dos valores contrários àqueles com que lhe estaria garantida a prosperidade, o futuro, o sublime direito ao futuro. (NIETZSCHE. 2008, p. 7-8):

Nessa toada, a democracia se apresenta, para os pós-modernos, uma ilusão, como todas as demais construções pautadas em ideais. Mais do que isso: como uma das piores ilusões por apresentar o engodo de estar supostamente se afastando da seara religiosa, declarando-se “leiga”, o que, em verdade, não ocorre.

Vale sua preocupação:

Nós que temos uma fé diferente -, nós, para quem o movimento democrático representa não apenas uma forma decadente de organização política, mas também uma decadente forma de humanidade, uma mediocrização e uma depreciação do valor da humanidade: para onde deveríamos dirigir nossas esperanças? (NIETZSCHE. 2002, p. 91).¹

A eleição de ídolos atua como um papel negativo da própria vida, verdadeiros “inchaços metafísicos” que nada propõem em termos realísticos. Na realidade, os “filósofos da suspeita”, como Nietzsche, Marx e Freud, abandonam crenças solidificadas, pretensamente puras, nobres e transcendentais, para desconfiar que há intenções escusas por trás de jogos aparentemente inocentes.

A democracia se apresenta nessa linhagem, quase como um consenso e uma

¹ We who have a different faith –, we who consider the democratic movement to be not merely an abased form of political organization, but rather an abased (more specifically a diminished) form of humanity, a mediocrization and depreciation of humanity in value: where do we need to reach with our hopes? (NIETZSCHE. 2002, p. 91).

necessidade de ser colocada num plano ideal para ser alcançada pela sociedade. A seguir o pensamento de Nietzsche, todavia, essa perseguição esconde os defeitos inerentes aos diversos modelos democráticos que modernamente conhecemos, tendo-os por perfeitos e, muitas vezes, acabados.

É justamente nesse plano ideal que se apresentam as críticas mais obtusas em face da democracia, não captando a realidade do modelo.

2. DA FILOSOFIA GREGA AO DESCONSTRUTIVISMO NIETZSCHIANO

Nietzsche demonstrava especial atenção ao fato de um homem trazer em si tanto o amor pelas artes como pela ciência – forças ativas e reativas -, e, considerando a impossibilidade de se livrar dessa contradição, apenas um espectro amplo de cultura poderia proporcionar que essas duas forças reinassem de forma isolada e apaziguadas por uma força preponderante a evitar o embate (NIETZSCHE, 1986, p. 217-218).

Transferindo esse desenvolvimento individual para a própria cultura social, restava claro que onde presente esta, presente também a missão de harmonizar as duas potências opostas “porque o esforço da civilização tende a formar uma coalizão de forças inconciliáveis sem acorrentá-las” (NIETZSCHE, 1986, p. 218).²

Sustentável, nessa linha, aceitar que a sociedade está submetida a um tecido de forças dispersas, de diferentes naturezas, mas que não necessariamente se destroem, embora se oponham muitas vezes. *Grande estilo*, nesses termos, é a capacidade de harmonizar e hierarquizar esse caos de forças (NIETZSCHE, 1968, P-359-360)³.

Nietzsche lembra que é justamente a oposição de outras forças que ressalta a importância de uma força, ou, melhor dizendo, é o embate com forças opostas que propicia o crescimento e valorização de uma força própria. Como sugere:

A espiritualização da sensualidade se chama amor: é uma grande vitória sobre o cristianismo. A inimizade é outro triunfo de nossa espiritualização. Consiste em compreender profundamente o interesse que há em ter inimigos: em resumo, em agir e em concluir de modo inverso ao que se agia e concluía outrora. A Igreja desde sempre quis o aniquilamento de seus inimigos: nós, imoralistas e anticristãos, vemos que auferimos vantagem enquanto a Igreja subsistir. (NIETZSCHE, 1989. p. 55)⁴.

² “Porque el esfuerzo de la civilización tende a formar una coalición de fuerzas irreconciliables sin encadenarlas” (NIETZSCHE, 1986, p. 218).

³ “Man is not only a single individual but one particular line of total living organic world”.

⁴ La espiritualización de la sensualidade se llama amor: ella es un gran triunfo sobre el cristianismo. Otro

Vontade de potência é para o filósofo alemão justamente o esforço de intensidade para uma “vida boa”, sem anulação, mas sim concatenação de forças ativas e reativas.

Por evidente, isso não significa, de maneira alguma, que a concatenação de forças produza um novo ideal, eis que esse é justamente um dos conceitos mais martelados por Nietzsche. Sua posição não é transcendente, como se fosse dotada de um externo ponto de Arquimedes, “que nos permita o acesso privilegiado à verdade absoluta” (SILVA, 2006, p. 8).

Certamente esse pensamento refoge completamente ao âmbito nietzschiano, muito mais inerente ao ser humano, detentor de uma moral imoral⁵. Equilíbrio e hierarquização de forças estão muito longe da formação de um ideal. Por outro lado, forças que não se controlam ou se expandem ilimitadamente acabam deslocando a questão para a vertente contrária ao “grande estilo”. Contrariamente à harmonia, essas forças acabam provocando verdadeira “mutilação” do ser, por total descompasso entre suas potências e pelo resultado de enfraquecimento recíproco⁶.

Não que seja proibido a alguém ter forças potentes e violentas para ter “grande estilo”, mas é necessário que tais forças estejam alinhadas e equilibradas, logicamente concatenadas. Daí porque grande estilo não se confunde com idealismo.

No momento em que o filósofo de Röcken se afasta das concepções valorativas divinas e da moral clássica acaba recaindo no vazio – *nihilismo*⁷. E para sair desse

triumfo es nuestra espiritualización de la enemistad. Consiste en comprender profundamente el valor que posee el tener enemigos: dicho con brevedad, en obrar y sacar conclusiones al revés de como la gente obraba y sacaba conclusiones en outro tiempo. La Iglesia ha querido siempre la aniquilación de sus enemigos: nosotros, nosotros los inmoralistas y anticristianos, vemos nuestra ventaja en que la Iglesia subsista. NIETZSCHE, Friedrich. Crepúsculo de los ídolos.

⁵ “*There are no moral actins whatsoever: they are completely imaginary. Not only are they indemonstrable (which Kant, e.g., admitted, and Christianity as well) – they are altogether impossible. Through a psychological misunderstanding, one has invented an antithesis to the motivating forces, and believes one has described another kind of force; one has imagined a primum mobile that does not exist at all. According to the valuation that evolved the antithesis ‘moral’ and ‘immoral’ in general, one has to say: there are only immoral intentions and actions*”. NIETZSCHE, Friedrich. *The will to power*. p. 413.

⁶ “Ugliness signifies the decadence of a type, contradiction and lack of co-ordination among the inner desires – signifies a decline in organizing strenght, in ‘will’, to speak psychologically”. NIEZSCHE, Friedrich. *The will to power*. p.420.

⁷ “To know that something *is* thus and thus; To act so that something *becomes* thus and thus: Antagonism in the degree of power in different natures. *The fiction of a world* that corresponds to our desires: psychological trick and interpretation with the aim of associating everything we honor and find pleasant with this true world. ‘Will to truth’ at this stage is essentially an art of interpretation: which at least requires the power to interpret. This same species of man, grown one stage poorer, no longer possessing the strength to interpret, to create fictions, produces *nihilists*. A nihilist is a man who judges of the world as it is that it ought *not* to be, and of the world as it ought to be that it does not exist. According to this view, our existence (action, suffering, willing, feeling) has no meaning: the pathos of ‘in vain’ is the

mesmo vazio, ativa-se na construção dos próprios valores.

O magistério de Heidegger é esclarecedor:

Conquanto a vontade de poder se essencialize como um existente a partir do eterno retorno do poder, a instauração de valores (*Wertsetzung*) que lhe é pertinente é o maximamente ôntico (das *Seiendste*) do ente. A instauração de valores fundada na vontade de poder nega positivamente a validade dos valores tradicionais que permanecem não-fundamentados desde o seu princípio de instauração, segundo a doutrina nietzschiana. Essa negação positiva dos valores até aqui, que estabelece o princípio da instauração de valores, é o traço fundamental do niilismo metafísico que Nietzsche pensa enquanto a filosofia do futuro (HEIDEGGER, 2000, p. 193).

Mas se Nietzsche rasga a cartilha dos ideais, bem como do *cosmos*, em que lugar poderá o filósofo ancorar um sentido para a vida?

É evidente que a resposta nietzschiana não poderia mais ser divina, afastada da criação de novos ídolos que ele mesmo crítica:

Noutros tempos, blasfemar contra Deus era a maior das blasfêmias; mas Deus morreu, e com ele morreram tais blasfêmias. Agora, o mais espantoso é blasfemar da terra, e ter em maior conta as entranhas do impenetrável do que o sentido da terra. (NIETZSCHE, 2002, p. 14.)

A filosofia, então, assume um paradigma materialista, elegendo ideais num patamar superior, inatingível, para a finalidade de transformar o mundo, sem deles pretender se apropriar. E o desejo de buscar esse ideal infinitas vezes – *eterno retorno* – é, na moral nietzschiana – o segredo da felicidade⁸.

Em suma, um ideal fora do idealismo, ou, melhor expressando, um “ideal” de caminhada, não de resultado.

O grande esforço de Nietzsche, em todo esse processo destrutivo, é opor-se a qualquer forma de edificação de ideais, principalmente aqueles provenientes do iluminismo e de seus reflexos, como a era das revoluções.

nihilists' pathos-at the same time, as pathos, an inconsistency on the part of the nihilists. Whoever is incapable of laying his will into things, lacking will and strength, at least lays some *meaning* into them, i.e., the faith that there is a will in them already". NIETZSCHE, Friedrich. *The will to power*. p.317-318.

⁸ "What if some day or night a demon were to steal into your loneliest loneliness and say to you: 'This life as you now live it and have lived it you will have to live once again and innumerable times again; and there will be nothing new in it, but every pain and every joy and every thought and sigh and everything unspeakably small or great in your life must return to you, all in the same succession and sequence – even this spider and this moonlight between the trees, and even this momento and I myself. The eternal hourglass of existence is turned over again and again, and you with it, speck of dust!' Would you now throw yourself down and gnash your teeth and curse the demon who spoke thus? Or have you once experienced a tremendous momento when you would have answered him: 'You're a god, and never have I heard anything more divine'. If this thought gained power over you, as you are it would transform and possibly crush you; the question in each and every thing, 'Do you want this again and innumerable times again?' would lie on your actions as the heaviest weight! Or how well disposed would you have to become to yourself and to life *to long for nothing more fervently* than for this ultimate eternal confirmation and seal?". NIETZSCHE, Friedrich. *The gay science*. p.194-195.

Não apenas o humanismo, mas também sua vertente jurídica, assim como aspectos de configuração do próprio Estado. Cite-se, por exemplo, a república e o socialismo. Mas a democracia, em especial, é alvo das críticas anti-idealistas.

A escolha política de modelos democráticos, nessa visão, pautou-se na busca de um ídolo que se perquiriu em toda a história constitucional sem que ele pudesse vir a ser sequer definido em sua plenitude, conforme FERREIRA FILHO “A Democracia, contudo, não se resume num quadro institucional rígido, universalmente válido, para todas as épocas e para todos os povos. Ao contrário, ela pode e deve ser ajustada para cada caso, para cada nação, para cada tempo. É preciso cuidar cada povo de encontrar sua democracia possível, que concilie a ordem com o progresso”. (FERREIRA FILHO, 1974, p. 129).

Mas, evidentemente, a ojeriza à democracia jamais significou que Nietzsche preferisse outros modelos, igualmente ideais, como o comunismo, e talqualmente alvos de seu martelo.

Na realidade, o grande prodígio nietzschiano é denunciar que a busca por determinados ideais esconde certos interesses, não havendo neutralidade que possa construir um conceito como a democracia. Ele sempre penderá para forças ocultas reinantes que querem passar a impressão de um conceito objetivamente puro e superior. Mas como observa o filósofo de Röcken, “Quem quer viver feliz e calmo, deve ficar longe de cultura moderna”. (NIETZSCHE, 1986. p. 218)⁹.

Nietzsche também critica a democracia não pelo seu ideal, mas por sua ausência de imperativos e autoridade centralizada que pudessem manter uma instituição forte:

Em todas as épocas, o democratismo constituiu a forma de decomposição da força organizadora. Em meu livro *Humano, demasiado humano* (I, 318) já caracterizei, como uma forma decadente do Estado, a democracia moderna e seus paliativos, como o “império alemão” (NIETZSCHE, 1989. p. 115-116.)¹⁰.

Daí porque alguns acreditam, equivocadamente, que Nietzsche fora o filósofo do fascismo. Sua crítica propriamente dita à democracia, como acima, era no sentido de que a instabilidade que lhe é peculiar acabava culminando no enfraquecimento da

⁹ El que quiera vivir feliz y tranquilo, apártese de la cultura moderna”. NIETZSCHE, Friedrich. *Humano, demasiado humano.*, 1986, p. 218.

¹⁰ El democracia ha sido en todo tempo la forma de decadencia de la fuerza organizadora: ya en *Humano, demasiado humano*, I, 318, dije que la democracia moderna y todas sus realidades a medias, como el “Reich alemán”, eran la forma decadente de Estado. NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo de los ídolos.* p. 115-116

instituição governamental. Mas, de qualquer forma, o filósofo critica as instituições políticas que, assim como o fascismo, apresentam um nível idealizado de Estado.

É o que apresenta Nietzsche no prefácio de seu *Crepúsculo*:

Outro meio de cura, que prefiro se a ocasião se apresentar, consistiria em surpreender os ídolos... Há mais ídolos que realidades neste mundo: é meu “olho maligno” para este mundo, é também meu “ouvido maligno”... Fazer aqui perguntas com o martelo e ouvir talvez como resposta esse famoso som oco que fala de entranhas inchadas – que arrebatamento para alguém que, atrás dos ouvidos, possui outros ouvidos ainda – para mim, velho psicólogo e caçador de ratos chega a fazer falar o que justamente desejaria ficar mudo... (NIETZSCHE, 1989, p. 28)¹¹.

Quanto à democracia, Nietzsche também combate a ideia de igualdade associada ao conceito. Partindo do pressuposto de que direitos decorrem de nítidas relações de força entre mais fortes e mais fracos, o filósofo ressalta que “um direito é um privilégio”, pois “a desigualdade dos direitos é a primeira condição para a existência dos direitos” (NIETZSCHE, 1894. p. 1096)¹². Como bem observa Scarlett Marton, “a igualdade dos cidadãos perante a lei – eco da igualdade dos homens diante de Deus – não passaria de fórmula forjada por quem precisa somar forças para subsistir” (MARTON, Scarlett. 2011, p. 23)¹³. E ainda continua:

A doutrina da igualdade!... Mas não há veneno mais venenoso, pois parece pregado pela própria justiça, quando é ruína de toda justiça... “Para os iguais, igualdade; para os desiguais, desigualdade – essa deveria ser a linguagem de toda justiça; e, o que se segue necessariamente, seria de jamais igualar as desigualdades.” – Em torno dessa doutrina da igualdade se desenrolaram tantas cenas horríveis e sangrentas, que lhe ficou, a essa “idéia moderna” por excelência, uma espécie de glória e auréola, até o ponto em que a Revolução,

¹¹ Otra curación, a veces incluso más apetecida por mí, es *auscultar a los ídolos*... Hay más ídolos que realidades en el mundo: este es *mi* “mal de ojo” para este mundo, este es también mi “mal de oído”... Hacer aquí alguna vez preguntas con el *martillo*, y oír acaso, como respuesta, aquel famoso sonido a hueco que habla de entrañas llenas de aire – qué delicia para quien tiene todavía orejas por detrás de las orejas, - para mí, viejo psicólogo y cazador de ratas, ante el cual *tiene que dejar oír su sonido* cabalmente aquello que querría permanecer en silencio. (NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo de los ídolos*. p. 28).

¹² un droit est un privilège”, pois “*l’inégalité* des droits est la première condition pour l’existence des droits”. NIETZSCHE, Friedrich. *L’Antéchrist*. p. 1096.

¹³ MARTON, Scarlett. Nietzsche e a crítica da democracia. p. 23. Ainda: “¡La doctrina de la igualdad!... Pero si no existe veneno más venenoso que ése: pues ella *parece* ser predicada por la justicia misma, mientras que es el *final* de la justicia... ‘Igualdad para los iguales, desigualdade para los desiguales – ése sería el verdadero discurso de la justicia: y, lo que de ahí se sigue, no igualar jamás a los desiguales’. – El hecho de que en torno a aquella doctrina de la igualdad haya habido acontecimientos tan horribles y sangrentos ha dado a esta ‘idea moderna’ *par excellence* una especie de aureola y de resplandor, de tal modo que la Revolución como *espectáculo* ha seducido incluso a los espíritus más nobles. Esta no es, en última instancia, una razón para apreciarla más. – Yo sólo veo a uno que la sintió tal como se la deve sentir, con *náusea* – Goethe...”. NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo de los ídolos*. p. 126.

por seu espetáculo, extraviou até os espíritos mais nobres. Isso não é razão para lhe prestar maior estima. – Só conheço um que a sentiu como devia ser sentida, com aversão – Goethe... (NIETZSCHE, 1989, p. 126.)¹⁴

A partir disso, encarando “a igualdade como sinônimo de nivelamento gregário e uniformização, Nietzsche faz de seus ataques a esta ideia o cerne argumentativo da crítica que dirige à democracia” (MARTON, 2011, p. 27), como a expressão meramente formal constante do artigo 1º da Declaração dos Direitos do Homem, segundo o qual “todos os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos”.

Para Nietzsche, como se pode concluir, é impossível partir de qualquer suporte fático para definição da igualdade, sendo esta basicamente uma premissa cristã. Logo, conclui, que a democracia é uma herança do movimento cristão (NIETZSCHE, 2002, p. 90).

Derrubar os ídolos de pés de barro é, antes de mais nada, repudiar os princípios morais universais e religiosos a partir da análise histórica que lhes originaram.

Nessa linha, como ressalta Scarlett Marton, dois inconvenientes circundam o pensamento democrático: a vinculação a uma formulação de origem metafísica e o aprisionamento à ideia de igualdade formal tão repudiada (MARTON, Scarlett. 2011, p. 29).

Na realidade, a estruturação de igualdades formais apenas coaduna com a manutenção de privilégios, não apenas no âmbito político, mas social como um todo. Como segue:

A degeneração universal do homem rumo a isto, que aos socialistas — aos cabeças de abóbora se apresenta como o “homem do future” — como o seu ideal esta degeneração, esta diminuição do homem até torná-lo um homem de rebanho perfeito (ou ainda, como dizem, o homem da “sociedade livre”), um embrutecimento do homem ao nível dos direitos iguais e deveres é *possível*, não há dúvida! Quem meditou até às últimas conseqüências sobre essa possibilidade, chegou a conhecer uma nova espécie de náusea — e também um novo *dever!*. (NIETZSCHE, 2002, p. 92).¹⁵

¹⁴ ¡La doctrina de la igualdad!... Pero si no existe veneno más venenoso que ése: pues ella *parece* ser predicada por la justicia misma, mientras que es el *final* de la justicia... ‘Igualdad para los iguales, desigualdade para los desiguales – ése sería el verdadero discurso de la justicia: y, lo que de ahí se sigue, no igualar jamás a los desiguales’. – El hecho de que en torno a aquella doctrina de la igualdad haya habido acontecimientos tan horribles y sangrentos ha dado a esta ‘idea moderna’ *par excellence* una espécie de aureola y de resplendor, de tal modo que la Revolución como *espectáculo* ha seducido incluso a los espíritus más nobles. Esta no es, en última instancia, una razón para apreciarla más. – Yo sólo veo a uno que la sintió tal como se la deve sentir, con *náusea* – Goethe...”. (NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo de los ídolos*. p. 126.)

¹⁵ “The *total degeneration of humanity* down to what today’s socialist fools and nitwits see as their “man of the future” – as their ideal! – this degeneration and diminution of humanity into the perfect herd animal (or, as they say, into man in a “free society”), this brutalizing process of turning humanity into stunted little animals with equal rights and equal claims is no doubt *possible!* Anyone who has ever thought this possibility through to the end knows one more disgust than other men, – and perhaps a new *task* as

Mas, como o próprio questiona, diante dessa perplexidade, *para onde vamos?* Nosso esforço é capturar a discussão nesse ponto, de forma a analisar a viabilidade de uma rediscussão principiológica da democracia.

3. A ILUSÃO DA DEMOCRACIA

No século XVIII, Rousseau direcionaria esforços para o desfazimento da confusão entre liberalismo e democracia e a busca por uma aproximação entre os conceitos de igualdade e liberdade inscritos na base democrática, “Se indagarmos em que consiste precisamente o maior de todos os bens, que deve ser o fim de qualquer sistema de legislação, chegaremos à conclusão de que ele se reduz a estes dois objetivos principais: *liberdade* e *igualdade*. A liberdade, porque toda dependência particular é igualmente força tirada do Estado; a igualdade, porque a liberdade não pode subsistir sem ela”. (ROUSSEAU, 1999, p.62).

Rousseau justificava a existência de um Estado pelo povo a partir de um contrato social, pelo qual “a sociedade e o Estado nascem segundo convênio entre as diversas pessoas, em benefício de seus interesses comuns” (MELLO, 1996, p.85), sem que para isso houvesse a renúncia da liberdade, pois tal fato implicaria na renúncia de ser homem. O contrato social amparava-se no fundamento de que os direitos civis de todos só seriam garantidos se fossem cedidos à comunidade. É que Rousseau partia do pressuposto de que o Estado era o instrumento por meio do qual as classes capitalistas e dominadoras se defendiam do proletariado (MOSCA, 1983, p. 215).

Embora seja enquadrado entre os iluministas, Rousseau não era particularmente um, tendo-se em vista que sua doutrina carregou a bandeira das camadas populares na Revolução Francesa. Para ele, “o poder, ou soberano, é o próprio povo”.

Isso, no entanto, não indica que o povo passa a exercer o próprio poder, como seria de se supor, eis que o próprio Rousseau já indicava a impossibilidade de um exercício direto do poder. Assim, a pedra de toque do filósofo é a diferenciação entre o dono do poder e aquele que realmente o exerce. Daí porque, embora o poder fosse do

well!”. NIETZSCHE, Friedrich. *Beyond Good and Evil*. p. 92.

povo, Rousseau nunca se opusesse a ser exercido no modelo monárquico ou aristocrata.

Além disso, o modelo liberal de democracia oferecia esta num aspecto meramente formal – governo do povo -, em contraponto à democracia substancial – governo para o povo, profetizando o ideal de liberdade (BOBBIO, 1988, p. 38).

Democracia, ao depois, passava a assumir uma conotação idealista, de realização impraticável:

Se tomarmos o termo no rigor da acepção, nunca existiu verdadeira democracia, nem jamais existirá. É contra a ordem natural que o grande número governe e o pequeno seja governado. Não se pode imaginar que o povo permaneça constantemente reunido para ocupar-se dos negócios públicos, e vê-se facilmente que não seria possível estabelecer comissões para isso sem mudar a forma da administração. (ROUSSEAU, 1999, p. 83). Schumpeter (1947, p. 246-247) partilha do mesmo posicionamento.

Nessa razão, acaba entendendo que a democracia é um “governo dos deuses”, de modo que, ainda que existisse, certamente não caberia aos homens. (ROUSSEAU, 1999, p. 84).

Nota-se, no entanto, na mesma linha grega, que Rousseau não consegue desvincular a democracia enquanto expressão popular. A diferença marcante, talvez, seja o fato de que os valores liberdade e igualdade passam a se apresentar enquanto reais diferenciadores dos tipos democráticos, de forma que quanto mais acentuados mais se aproximam de um ideal democrático.

Como se reconhece hodiernamente:

Dentre os diferentes – e não muito afastados – conceitos doutrinários, de qualquer forma, emergem os elementos liberdade e igualdade a nortear os rumos democráticos e a sua concretização mediante eleições livres e competitivas com amplos espaços para oposição. Estes últimos valores, aliás, por muito tempo sustentaram o sufrágio universal como a conquista maior da humanidade. (CAGGIANO, 2011, p.9-10).

Mais do que isso: a própria configuração do contrato social e a formação do Estado partem dos pressupostos de igualdade e liberdade regrada, cabe lembrar “contudo, até mesmo um apóstolo radical da liberdade como Rousseau só exige unanimidade para o contrato original que constitui o Estado”. (KELSEN, 1993, p. 173), o que, em última análise, não poderia direcionar para outro modelo que não fosse aquele em que o povo se apresentasse como legítimo titular do poder.

Em paralelo, Rousseau passa a fazer coro para a necessidade de representação, eis que impossível o exercício da democracia de forma direta e ideal, já naqueles idos¹⁶.

Nesse ponto, seu trabalho passa a ser emblemático para as ideias democráticas que nasceriam posteriormente.

Como lembra Ferreira, nem mesmo na Grécia esse sistema funcionava de fato:

Os cidadãos de plenos direitos, nas cidades da Hélade, constituíam sempre uma relativa minoria na totalidade da população. A este propósito entra em cena uma outra característica das democracias gregas que talvez traga alguma luz sobre o assunto. Reside tal característica no facto de essas democracias serem directas e plebiscitárias e não admitirem ou conceberem os sistemas representativos. A totalidade do corpo dos cidadãos, ou seja a pólis, reunia sempre em pleno e não confiava a outrem a sua representação e a resolução dos seus problemas. Fazia-o na Assembleia que constituía o âmago do sistema democrático e possuía o direito e o poder de tomar todas as decisões políticas. Como a Assembleia eram os cidadãos reunidos e nela todos tinham o direito - mesmo o dever - de participar, as decisões tomadas eram-no sempre em plebiscito. Evidentemente que, na prática, nunca a totalidade compareceu nas reuniões. Em Atenas, por exemplo, dos cerca de trinta a quarenta mil cidadãos - a não ser em casos excepcionais quando estavam em causa decisões de alguma gravidade - apenas quatro, cinco ou seis mil participariam realmente. Os camponeses, em especial os das zonas mais afastadas, de ordinário, não viriam a essas reuniões que eram frequentadas sobretudo por elementos do *dêmos* urbano. O sistema concedia-lhes, contudo, esse direito e até certo ponto exigia deles a participação. O Grego não concebia que o cidadão se alheasse da vida da pólis e dos problemas que lhe dissessem respeito. (FERREIRA, 1990, p.69-70).

Mas o pensador entendia que a liberdade popular exercida na representação, em verdade, dava-se unicamente no momento de eleição dos representantes (DAHL, 2012, p.211). Mais do que isso: que a vontade do Estado seria a vontade pura e simples da maioria. E às minorias nada restava além de dissociar-se do Estado. Embora avançado naquela época, tal pensamento mostrou-se bastante perverso, sobretudo a partir do século XX.

Como ressalta Kelsen acerca de Rousseau:

Mas, um pouco antes, aprendemos que “a vontade consciente de todos os membros do Estado é a vontade geral” e também que apenas porque a vontade dos membros da minoria está implícita nessa vontade geral presume-se que eles deram seu consentimento a uma lei aprovada apesar de sua oposição; e, portanto, são livres por estarem submetidos apenas à sua própria vontade. (KELSEN, 1993, p. 177).

Hoje bem sabemos, uma das funções mais importantes das Cortes Constitucionais é o exercício do papel contra-majoritário, resguardando direitos que estariam perdidos pela simples vontade da maioria.

Nietzsche critica duramente Rousseau por utilizar a liberdade como locomotiva do Estado e da própria democracia: “Mas não há veneno mais venenoso, pois *parece* pregado pela própria justiça, quando é ruína de toda justiça...” (NIETZSCHE, 1989, p.126)¹⁷.

Não à toa, para Nietzsche, a doutrina da igualdade desencadeou cenas horríveis e sangrentas ao redor de um princípio supremo e angelical.

A crítica de Nietzsche é ácida: “Mas Rousseau – aonde queria realmente chegar? – Rousseau, esse primeiro homem moderno, idealista e *canalha* numa só pessoa, que tinha necessidade da ‘dignidade moral’ para suportar seu próprio aspecto, doente de um orgulho desenfreado, de um desprezo desenfreado contra si mesmo”. (NIETZSCHE, 1989, p.125).¹⁸

Tampouco, parecem válidos esforços que se empreenderam em busca de uma “verdadeira democracia” ou uma “democracia humanista”, como o fizeram Jacques Maritain em sua filosofia cristã e o partido comunista russo, opondo-se, ambos, a uma “democracia burguesa” (KELSEN, 1993, p.244). A propaganda contra um modelo democrático ideologizado, na realidade, acaba ocultando outra doutrina da mesma natureza; no primeiro caso, a aproximação entre Igreja e Estado; no segundo caso, a impregnação da vertente comunista e a ferrenha crítica aos seus “inimigos”.

Se parece certo que a democracia não comporta realização idealista, seria de se questionar, no entanto, se o modelo ideal pode servir de amparo para a realização de uma democracia possível, como defende Manoel Gonçalves Ferreira Filho:

A construção de uma Democracia é obra sempre de pragmatismo e não de utopismo ou dogmatismo. A procura do absoluto, do ideal sem jaça é, sem dúvida, a inspiração que move os homens, apelado a seu idealismo. A obra que permanece, porém, é a que impregna de realismo a antevisão idealista. Para cada tempo, em cada lugar, existe um grau possível de Democracia. É esse grau fruto de inúmeros fatores que se resumem, em geral, no desenvolvimento em seu tríplice aspecto: político, econômico e social. Esse grau possível, não raro insatisfatório e insuficiente para as almas generosas, é que deve ser estabelecido pelas instituições. Nem mais nem menos. Se mais, não criarão elas a necessária raiz. Não resistirão aos embates e

¹⁷“Pero si no existe veneno más venenoso que ése: pues ella *parece* ser predicada por la justicia misma, mientras que es el *final* de la justicia.” (NIETZSCHE, Friedrich. Crepúsculo de los ídolos. p.126).

¹⁸“Pero Rousseau - ¿a dónde quería él propiamente volter? Rousseau, esse primer hombre moderno, idealista y canaille en una sola persona; que tenía necesidad de la ‘dignidad’ moral para soportar su propio aspecto; enfermo de una vanidad desenfrenada y de un autodesprecio desenfrenado”. (NIETZSCHE, Friedrich. Crepúsculo de los ídolos. p.125).

dificuldades. Soçobrará então a Democracia e sempre será penoso reerguê-la. Não raro os que pregam e postulam toda a Democracia conseguem que não haja Democracia alguma. (FERREIRA FILHO, 1977, p. 36-37).

Afinal, a eleição da democracia como um ídolo é saudável para sua realização? Mais do que o próprio reconhecimento da falácia de um ideal, em termos absolutos, é recomendável se valer dessa espécie de modelo ilusório para a perquirição da democracia na prática?

Em suas divagações divinas, Descartes afirma que a crença na existência de algo perfeito decorre de sua própria existência; e se o homem tem a si mesmo enquanto imperfeito é porque imagina a existência de algo que seja perfeito (DESCARTES, 2001, p.39-41). Pensemos na mesma perspectiva para edificar o ideal – no caso o ideal da democracia.

Daí concluir, primariamente, que a existência de modelos de democracia falhos decorre da existência de um paradigma ideal. Não nos parece.

Ciência social alguma é capaz de fornecer elementos que sejam ao mesmo tempo assépticos e ideais para a construção de qualquer conceito que seja. Até porque a concepção de um núcleo ideal perpassa pelo agente social não-neutro.

Ao revés, modelos humanamente construídos só podem, ainda que apenas no campo teórico, serem talqualmente falhos à efetivação destes modelos. Se para a burguesia, a democracia depende basicamente da igualdade, mas se a sua igualdade está bem longe de ter aspecto material, então mesmo o modelo ideal para a classe reinante jamais poderá ser considerado enquanto tal pela ciência jurídica.

Logo, equivocada a ideia de que se a democracia é imperfeita na prática, poderá ter perfeição no paradigma teórico. Daí porque toda a busca que se ampare num ideal democrático não consiga se afastar de uma democracia sempre cambaleante e instável. Assim, em suma, o imperfeito persegue o imperfeito.

Resolver o problema da democracia a partir de uma ilusão é como desatar o nó que Górdio atou ao templo de Zeus. Preferível se faz aceitar a rouquidão de uma incerteza, desembainhar a espada e romper o nó – como se dedica a Alexandre, o Grande -, para desconstruir a democracia e erigi-la em estradas sinuosas e irregulares.

A proposta esposada ao longo deste trabalho é, como aquela que Aron fizera às relações internacionais, a de opor prudência à ilusão idealista, “seja ela jurídica ou ideológica”, e não simplesmente ao idealismo (ARON, 2002, p.710). Opor-se ao idealismo, bem sabemos, já o faz a esmagadora maioria da ciência política. Opor-se a

uma ilusão idealista, no entanto, ainda constitui desafio na compreensão democrática.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democracia é um conceito em eterna construção. O princípio democrático é um preceito em contínua efetivação. Mais do que isso: é livre de quaisquer conceitos estáticos ou projetos que possam amarrá-la a um determinado modelo.

A boa democracia requer um constante esforço por legitimação, com ênfase para os valores liberdade e igualdade, de forma que os cidadãos possuam igualdade no exercício do controle e liberdade para exercê-lo perante o Estado de Direito. Noutras palavras, o regime democrático exige a participação dos cidadãos na sua própria construção e eterna releitura.

O desmantelamento da ideia de democracia como “ídolo”, a partir dos estudos de Nietzsche, tem o condão de proporcionar uma nova compreensão da teoria democrática.

Sua genealogia reestruturante, além disso, permite guiar uma releitura da democracia. Trata-se de uma “insurreição dos saberes antes de tudo contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa”. (FOUCAULT, 2006, p. 171).

Isso nos impede de realizar enquadramentos simplistas da democracia, enquanto um modelo pronto e acabado que se encaixe em paradigmas idealizados em fórmulas passadas, até em vista da dinâmica em que ela se constrói cotidianamente. Enquadrar a democracia, mesmo com base em alguns elementos pressupostos, é tarefa meramente subjetiva, inatingível e sem qualquer finalidade que possa ser útil aos próprios regimes democráticos.

O processo democrático é, também, natural e, portanto, falho. Falho principalmente no sentido de que é incapaz de ser globalizante. Mesmo que todos assumissem que o ideal do Estado seja a busca do bem comum, nem todos estariam conectados a esse processo.

Como aponta Bruce Ackerman, a apatia, a ignorância e o egoísmo são resultados evidentes do processo de construção de uma democracia liberal. Quaisquer tentativas de inserir à força o cidadão no processo democrático, além de ser por si só antidemocrática, é de todo inaceitável e incapaz de produzir os resultados que se

espera de uma democratização natural. “Democracia coercitiva” é, assim, uma contradição em termos. “De um modo geral, cabe a cada norte-americano decidir quanto tempo e energia ele deve despender para o exercício da cidadania do ponto de vista pessoal e público. Se isso significar que a política nacional deve sempre sofrer os sintomas da apatia, da ignorância e do egoísmo, precisaremos ranger os dentes e arcar com essas consequências”. (ACKERMAN, 2006, p.328).

Isso não significa, evidentemente, que o Estado não possa produzir modos incentivadores de inserção política. E mesmo grupos de interesses privados podem fazê-lo.

O que é inaceitável é olhar para uma democracia sem corpo, afastada dos indivíduos que a constroem e reconstroem cotidianamente e alijada das questões fundamentais que envolvem as principais discussões que são conduzidas ao processo decisório e aos *decision makers*. Essa visão, aliás, além de extremamente limitada, torna impossível compreender a estrutura democrática de um determinado Estado em um determinado tempo.

Os incentivos governamentais, nessa seara, ainda que partam de programas que busquem desenvolver certas dinâmicas, em vista da própria essência democrática, devem estar sujeitos à prova da análise popular. Vale dizer, a democracia tem o condão de se colocar em constante reanálise, de maneira a comprovar a sua própria capacidade de implementar elementos como igualdade e liberdade, dando azo à participação popular e à possibilidade de oposição perante as fórmulas apresentadas. Vale dizer, a democracia será tanto mais válida quanto puder colocar-se em eterna reconstrução.

O problema maior das pompas com que a democracia foi tratada até então é justamente o fato de que esse discurso esconde seus verdadeiros caracteres. Elevar a democracia aos céus, homenageá-la, conferir-lhe o título de *governo dos deuses*, tudo isso nada serve à compreensão do processo democrático na prática. No máximo, faz a elucubração de um conceito que sequer existe no campo intelectual-material.

A democracia deve ser vivida, experimentada, estar sob a constante mira popular. Não se desenvolverá, por certo, se seu objetivo for pura e simplesmente implementação de fórmulas que possam ter funcionado em outros locais e noutros tempos. Muito menos se o objetivo for construir uma suposta democracia ideal que, além de não existir, impedirá a democracia real de se efetivar.

REFERÊNCIAS

ACKERMAN, Bruce. *Nós, o povo soberano: fundamentos do direito constitucional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

_____. *Transformação do Direito Constitucional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

AQUINO, Tomás de. *Suma contra os gentios*. Porto Alegre e Caxias do Sul: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Universidade de Caxias do Sul e Livraria Sulina Editora, 1990.

ARISTÓTELES. *Ética a nicômaco – poética*. 4.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: UnB, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

AURÉLIO, Marco. *Meditações*. Portugal: Espinho, 2002.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CAGGIANO, Monica Herman Salem. *Democracia x constitucionalismo: um navio à deriva? Cadernos de Pós-Graduação em Direito: estudos e documentos de trabalho*, v.1, p-5-23, 2011.

CÍCERO, Marco Túlio. Dos fins dos bens e dos males. In: *Les Stoïciens*, Collection Tel. Paris: Gallimard, 1997. t. I.

_____. Leis. In: MORRIS, Clarence (Org.). *Os grandes filósofos do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 35-48.

DAHL, Robert A. *A democracia e seus críticos*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FERREIRA, José Roberto. *Participação e poder na democracia grega*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *A democracia possível*. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1974.

_____. *Sete vezes democracia*. São Paulo: Convívio, 1977.

FERRY, Luc. *Aprender a viver: filosofia para os novos tempos*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 22.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

HEIDEGGER, Martin. *Nietzsche: metafísica e niilismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão prática*. São Paulo: Brasil, 1959.

_____. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa: Edições 70, 2007.

KELSEN, Hans. *A democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

KOYRÉ, Alexandre. *Do mundo fechado ao universo infinito*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

MARTON, Scarlett. Nietzsche e a crítica da democracia. *Dissertatio*, v.33, p.17-33. 2011.

MELLO, Leonel Itaussu A.; COSTA, Luís César Amad. *História moderna e contemporânea*. 6.ed. São Paulo: Scipione, 1996.

MORLINO, Leonardo; CARLI, Luiss G. How to assess a democracy. What alternatives? *XV Apr. Intern. Acad. Conf. on Economic and Social Development*, Moscow, April 1-4 2014.

MOSCA, Gaetano; BOUTHOU, Gaston. *História das doutrinas políticas*. 6.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falava Zarathustra*. São Paulo: Brasil, 2002.

_____. *Beyond Good and Evil*. New York: Cambridge University Press, 2002.

_____. *Crepúsculo de los ídolos: o cómo se filosofa con el martillo*. Madrid: Alianza Editorial, 1989.

_____. *Ecce homo: como se chega a ser o que se é*. Covilhã: LusoSofia Press, 2008.

_____. *Humano, demasiado humano*. 5.ed. México: Editores Mexicanos Unidos, 1986.

_____. *L'antéchrist: imprécation contre le christianisme*. Marselha: Robert Laffont, 1894.

_____. *The gay science*. New York: Cambridge University Press, 2001.

_____. *The will to power*. New York: Vintage Books Edition, 1968.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalism, socialism and democracy*. 2.ed. New York and London: Harper & Brothers Publishers, 1947.

SILVA, Ovídio A. Baptista. *Processo e ideologia: o paradigma racionalista*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

Recebido em 22/05/2017

Aprovado em 29/08/2017

Received in 22/05/2017

Approved in 29/08/2017